

## **A OFERTA E A DEMANDA DE PEDAGOGOS NO PARANÁ (2009-2013): IMPLICAÇÕES NA (DES) VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

*Marta Rosani Taras Vaz*

*Gisele Masson*

### **Resumo**

Este trabalho objetiva analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos, no estado do Paraná, por meio de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e informações disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), no que se refere a demanda de funções docentes no período de 2009 a 2013, bem como, dados quantitativos disponibilizados por 37 Instituições de Ensino Superior (IES) das 122 que ofertam o curso de Pedagogia no Paraná, referentes ao número de concluintes em Pedagogia no estado, no período analisado. Esse estudo problematiza a relação entre trabalho e formação no capitalismo, bem como, o processo de (des) valorização dos profissionais da Pedagogia, partindo dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, perpassando pela concepção ontológica do trabalho e adentrando na sua dimensão histórica capitalista. A presente pesquisa revelou, a partir do olhar da práxis, que há uma oferta maior de pedagogos nos últimos anos, tanto a nível nacional como estadual, em relação ao crescimento da demanda de tais profissionais no mercado de trabalho, gerando uma população excedente de professores, a qual contribui para a desvalorização desse profissional.

**Palavras-chave:** Formação Profissional. Demanda de Trabalho. Pedagogos. Desvalorização.

### **INTRODUÇÃO**

Analisando dialeticamente as relações entre capital e trabalho, com o intuito de observar as mediações das políticas de formação de pedagogos na atual forma de sociabilidade, este trabalho teve como objetivo principal compreender a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos, no estado do Paraná, visando analisar a relação entre trabalho e formação no capitalismo, bem como, o processo de (des) valorização dos profissionais da Pedagogia.

A relação da oferta e da demanda é uma relação entre mercadorias. Nesse sentido, por demanda (ou procura) se compreende a necessidade do mercado por consumo de tal produto ou serviço (consumidores de determinada mercadoria, podendo ser, inclusive da mercadoria força de trabalho), por sua vez, a oferta (produtos, serviços e força de trabalho) corresponde à disponibilidade de tal mercadoria no mercado. A diminuição da oferta de determinada mercadoria e o aumento da procura pela mesma levam a um aumento do preço dessa mercadoria; no sentido inverso, o aumento da oferta de determinada mercadoria e a diminuição da demanda por ela, leva a um barateamento no mercado. Nesse sentido, a pesquisa que realizamos buscou problematizar a relação entre a oferta e a demanda para o mercado de professores/pedagogos no Paraná.

Nesse estudo, promovemos o debate a partir de autores do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético. Considerando que essa pesquisa se desenvolveu sobre base marxiana, a escolha do referencial teórico procurou ser feita de forma coerente com o método e sua teoria, dando ênfase a análise crítica<sup>1</sup> do ponto de vista da totalidade<sup>2</sup>.

## **A ATIVIDADE DOCENTE ENQUANTO ATIVIDADE ASSALARIADA**

No mundo dos homens, o trabalho é uma mediação fundamental, pois é a partir dele que produzimos aquilo que é necessário para a produção e a reprodução do homem. No entanto, o trabalho, como uma mediação essencial, assume formas e características que variam em diferentes momentos históricos, modificando-se de acordo com as mudanças dos modos de produção e acompanhando as necessidades das diferentes formas de sociabilidade.

Sobre as necessidades humanas, Marx e Engels (2007) consideram que os homens precisam ter condições de viver para fazer história, desde as condições mais simples, ligadas às necessidades biológicas, como beber, comer, dormir, entre outras, e podem provir do “estômago ou da imaginação”. (MARX, 2013, p.113). Para Marx e Engels (2007, p.33), “[...] o primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.” A produção, que se dá a partir do trabalho, possibilita que “[...] a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido conduzem a novas necessidades.” (MARX; ENGELS, 2007, p.33).

Ao longo do processo de satisfação das necessidades humanas e, portanto, criação de novas, a sociedade vai se tornando cada vez mais complexa, surgindo a divisão social do trabalho e formas cada vez mais desenvolvidas de organização social<sup>3</sup>. A atividade do professor é, portanto, uma atividade oriunda do desenvolvimento social que, na sociedade capitalista, configura-se enquanto trabalho assalariado.

---

<sup>1</sup> Por crítica, no sentido marxiano, compreende-se a “[...] busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas e imperfeições.” (TONET, 2013, p.11).

<sup>2</sup> Compreende-se por totalidade, “um conjunto de partes, articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõe e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, certa permanência a esse conjunto”. (TONET, 2013, p. 68). A totalidade não significa a compreensão de tudo, mas a compreensão da gênese e do desenvolvimento, “síntese das múltiplas determinações”. (MARX, 2003).

<sup>3</sup> Partimos da compreensão de Lukács (2013) sobre as sociedades desenvolvidas. Desse modo, por formas superiores ou formas mais desenvolvidas de sociedade, compreendem-se sociedades mais complexas, no sentido ontológico-objetivo. Portanto, não tem relação com julgamentos valorativos, ou seja, essas formas não podem ser relacionadas, diretamente, com valores do tipo, “melhores” ou “piores”.

Ao tentarmos compreender a relação entre a oferta e demanda de pedagogos, estamos buscando analisar a relação entre a oferta e a demanda de um tipo determinado de atividade social e de uma determinada categoria assalariada.

O professor que ministra sua aula e o pedagogo que realiza mediações pedagógicas, ocupam espaços e funções determinadas na sociedade. Essas atividades exercidas, frequentemente, são compreendidas como determinado tipo de trabalho, dessa compreensão expressões como “trabalho docente” e “trabalho do professor” são comumente utilizados. Mas, afinal, o que é trabalho?

Quando pensamos em trabalho, logo nos remetemos ao trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário, mas esse processo de mercantilização do trabalho humano é uma característica fundamental da sociedade capitalista. Para Marx (2013), a forma capitalista de trabalho, que se manifesta a partir da compra e venda de força de trabalho humano, não representa o trabalho em sua plenitude, ou seja, é possível uma relação, do homem com o trabalho, mais profunda do que a relação de exploração existente na sociedade capitalista. Para o referido autor,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p.255).

Quando Marx (2013, p. 255) enuncia que “o trabalho é, antes de tudo um processo entre homem e natureza”, está se referindo ao trabalho que está intimamente ligado ao desenvolvimento do ser social. Nesse momento, Marx distingue o aspecto ontológico do trabalho da sua forma histórica assalariada. A categoria trabalho tem um papel importantíssimo na teoria marxiana, uma vez que ele está presente, tanto na constituição dos pressupostos filosófico-ontológicos dessa concepção teórica, quanto na formulação da crítica direcionada ao modo de produção capitalista. Na primeira situação, ele se apresenta em suas características ontológicas/concretas e, na segunda situação, apresenta-se em sua forma abstrata e assalariada.

Desse modo, a compreensão marxiana acerca do trabalho não o reduz a uma mercadoria, uma vez que reconhece o papel decisivo do trabalho na constituição e

desenvolvimento do ser social, porém, considera que, na forma capitalista de sociabilidade, o trabalho se manifesta, predominantemente, sob a forma abstrata de trabalho assalariado, portanto, na forma de mercadoria. Na sequência, Marx (1975) se refere ao trabalho abstrato na sociedade capitalista, da seguinte forma:

A força de trabalho, portanto, é uma mercadoria que seu possuidor, o assalariado, vende ao capital. E para que a vende? Para viver.

Mas a manifestação da força de trabalho, o trabalho, é a atividade vital própria do operário, a manifestação pessoal da sua vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar os meios de subsistência necessários. Por isso, a sua atividade vital não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. Nem sequer considera o trabalho como uma parte da sua vida; para ele, é muito mais um sacrifício da sua vida. (MARX, 1975, p.21).

Uma vez convertida em mercadoria, o trabalho adquire características específicas do modo de produção capitalista, submetendo-se, inclusive, às leis do mercado, como a da oferta e da demanda. A abstração do trabalho no capitalismo faz com que outras atividades, as quais, ontologicamente, não realizam o intercâmbio material entre o homem e a natureza, tornem-se trabalho, pela simples razão de serem assalariadas. Dessa forma, atividades relativas à organização escolar, exercidas por sujeitos que recebem em troca determinada quantia de dinheiro, pela prestação de seus serviços, são assalariadas. Desse modo, professores, gestores e pedagogos, pertencem à classe trabalhadora.

Consideramos desse modo que, trabalho é, em sua essência, o intercâmbio do homem com a natureza para a produção de valores de uso, o qual pressupõe modificação da natureza. Nessa perspectiva, a atividade do professor ou a educação, no sentido amplo, não é trabalho, mas uma práxis social que faz parte do complexo do processo de trabalho, porém, não se confunde com ele.

De acordo com Tumolo e Fontana (2008), na atual forma de sociabilidade, os profissionais da educação são constituídos, predominantemente, por trabalhadores assalariados, pertencentes ao sistema público ou privado de ensino. Para os autores,

O fato de estabelecerem uma relação contratual baseada no assalariamento apresentam uma relação similar àquelas estabelecidas por outros trabalhadores assalariados, já que a natureza da relação é a mesma. Entretanto, nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado. Isso quer dizer que existem trabalhadores assalariados, incluindo aqui professores, que vivem numa relação social de produção de mais-valia e, por isso, realizam trabalho produtivo, mas outros que realizam trabalho improdutivo pelo fato de não venderem a sua força de trabalho para um capitalista. (TUMOLO; FONTANA, 2008, p.167).

A atividade do professor ocupa uma função específica na divisão social do trabalho, sendo ela a responsável por mediar a relação do homem com os conhecimentos e habilidades historicamente produzidos pela humanidade. No entanto, quando nos referimos à atividade do profissional formado em Pedagogia, compreendemos não só a atividade do professor, mas do pedagogo, o qual exerce, também, a função de orientador, supervisor ou gestor pedagógico.

Compreende-se, desse modo, que além de exercer um papel importante na divisão social do trabalho, a categoria dos professores, enquanto atividade docente assalariada, sofre os impactos da organização do trabalho na sociedade capitalista, marcada pela exploração do homem, por meio da exploração do trabalho, visando a acumulação de capital.

Levando em consideração a categoria dos professores/pedagogos como atividade assalariada, compreendemos que essa se submete às leis do mercado de trabalho, portanto, leis de oferta e demanda. Embora tais leis não determinem o valor das mercadorias (força de trabalho), podem levar a uma (des) valorização profissional.

## **A OFERTA E A DEMANDA DE PEDAGOGOS NO BRASIL E NO PARANÁ: ASPECTOS QUANTITATIVOS**

A coleta de dados foi realizada no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no site da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR). Os dados se referem à demanda de funções docentes no período de 2009 a 2013, e informações disponibilizadas por 37 Instituições de Ensino Superior (IES) das 122 que ofertam o curso de Pedagogia no Paraná, referentes ao número de concluintes em Pedagogia no estado.

Na tabela a seguir, sistematizamos o número de funções docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Brasil, entre o período de 2009 a 2013.

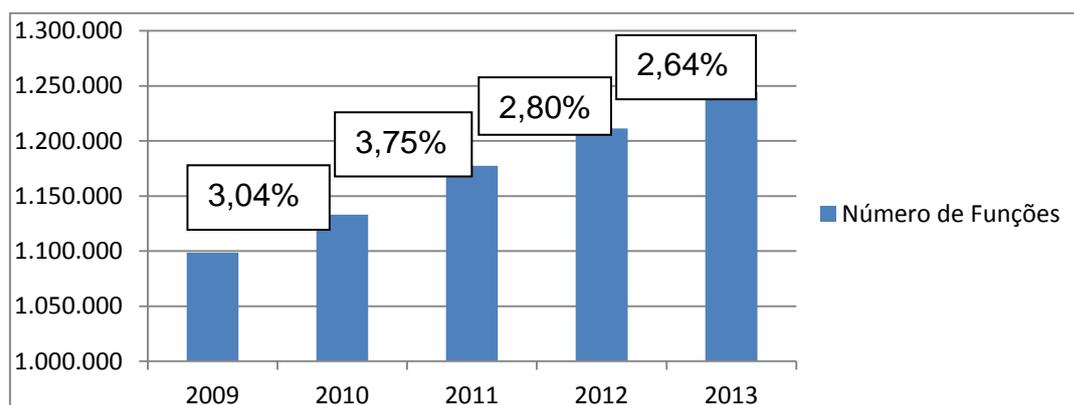
TABELA 1 – Número de funções docentes, por etapa de ensino – Brasil (2009 a 2013)

Ano	Etapa		
	Ed. Infantil	Anos Iniciais	Total
2009	381.471	717.295	1.098.766
2010	408.739	724.541	1.133.280
2011	443.405	734.043	1.177.448
2012	474.591	736.895	1.211.486
2013	498.785	745.650	1.244.435

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 a 2013), elaborado pelas autoras.

Observamos, nesse período, que houve um crescimento de 145.669 novas funções no Brasil, sendo que, entre 2009 a 2010, houve o acréscimo de 34.514 novas funções docentes; já entre os anos de 2010 a 2011, foram 44.168 novas funções; entre os anos de 2011 a 2012, o crescimento foi de 34.038; e de 2012 a 2013, observamos um acréscimo de 32.949 novas funções para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, onde podem atuar o profissional formado em Pedagogia no Brasil. Contudo, não incluímos as funções referentes aos pedagogos que exercem gestão pedagógica, no Brasil, pois isso implicaria num levantamento dos dados de todos os estados do país, sendo que o nosso foco de estudo é o estado do Paraná. Abaixo ilustramos esse crescimento, que foi maior entre os anos de 2010 a 2011.

GRÁFICO 1 – Número de funções docentes e porcentagem de crescimento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental – Brasil (2009 a 2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 A 2013), elaborado pelas autoras.

Na tabela a seguir, apresentamos o número de concluintes em Pedagogia no Brasil (2009 a 2013), por modalidade de ensino. Observa-se que, assim como o crescimento das funções, o número de concluintes em Pedagogia em 2011 também foi superior em relação aos outros anos, enquanto no ano de 2013 houve uma diminuição do número de concluintes, da mesma forma como ocorreu em relação às funções.

TABELA 2 – Número de concluintes em Pedagogia, por modalidade de ensino – Brasil (2009 a 2013)

Ano	Presencial	EAD	Total
2009	43.975	60.736	104.711
2010	58.600	49.208	107.808
2011	62.138	57.703	119.841
2012	56.735	55.402	112.137

2013	55.189	40.822	96.011
------	--------	--------	--------

Fonte: Sinopse estatística do Ensino Superior, INEP (2009 a 2013), elaborado pelas autoras.

Nessa tabela, observamos que houve, entre 2009 a 2013, o surgimento de 540.508 novos concluintes em Pedagogia no Brasil, ou seja, nesse período a oferta de pedagogos no Brasil aumentou. Sendo que, deste montante, 263.871 concluíram o curso na modalidade EAD, ou seja, no período analisado 48,81% dos novos pedagogos se formaram a distância. Esse dado comprova a eficácia das políticas de incentivo à EAD e à formação de um grande contingencial de pessoas por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O aumento de 540.508 novos profissionais formados em Pedagogia no Brasil é superior a demanda, pois o mercado de trabalho teve um acréscimo de 145.669 novas funções docentes, no mesmo período.

Se apenas subtrairmos o número de concluintes do período (540.508) com o crescimento das funções (145.669), chegamos à conclusão de que há, tecnicamente, 394.839 concluintes sem funções, ou seja, há uma oferta maior de pedagogos do que a demanda do mercado brasileiro.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Formação de Professores<sup>4</sup>, há uma insuficiência de formandos em licenciaturas específicas, como Química, Biologia e Física, embora o documento não aponte para tal insuficiência nas licenciaturas em Pedagogia. O documento se pauta no relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, que teve como relator o Ministro Valmir Campelo, e indica que o número de professores formados está sendo insuficiente para suprir o déficit da demanda. O documento ainda ressalta que a baixa oferta de professores em relação à demanda do campo de atuação pode se agravar ainda mais com os planos de demissão em massa dos próximos dez anos.

Nesse sentido, há três considerações importantes a se fazer, primeiro, há uma necessidade em investir em formação continuada dos professores que já atuam na Educação Básica tendo apenas formação em nível médio, que representavam, em 2013, 30,99% das funções docentes. Dessa forma, a política educacional deve caminhar no sentido de ampliação da oferta de formação em nível superior para profissionais que já ocupam funções. Dessa forma, não há uma demanda de formação de novos professores, mas uma demanda de formação superior para os professores que já atuam com nível médio.

<sup>4</sup> O Plano de Desenvolvimento de Formação de Professores é uma proposta (em discussão) elaborada pelo MEC e Secretaria da Educação Superior (SESU), e procura “definir as bases e os programas de uma política estruturante na área da formação de professores, com continuidade e permanência no tempo, ultrapassando assim as insuficiências de ações e iniciativas pontuais.” (BRASIL, 2014, p. 4-5). O texto para discussão sugere a criação de uma estrutura no interior das instituições de ensino superior, articulando os entes federados (União, Estados e Municípios) e à rede escolar pública.

Em relação ao estado do Paraná, obtivemos informações de somente 37 instituições que ofertam o curso de Pedagogia, das 122 existentes. Na tabela a seguir, é possível observar o aumento das funções e os concluintes no período de 2009 a 2013.

TABELA 3 – Comparativo entre o crescimento do número de funções e o número de concluintes em Pedagogia – Paraná (2009 a 2013)

ANO	TOTAL DE FUNÇÕES	EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES DE UM ANO PARA OUTRO	% DE CRESCIMENTO DAS FUNÇÕES	NOVOS CONCLUINTES EM PEDAGOGIA
2009	65.948	2.165*	3,39%	6.763
2010	67.846	1.898	2,87%	4.042
2011	70.634	2.788	4,10%	2.787
2012	76.309	5.675	8,03%	8.421
2013	79.970	3.661	4,79%	4.505
TOTAL		16.187		26.518

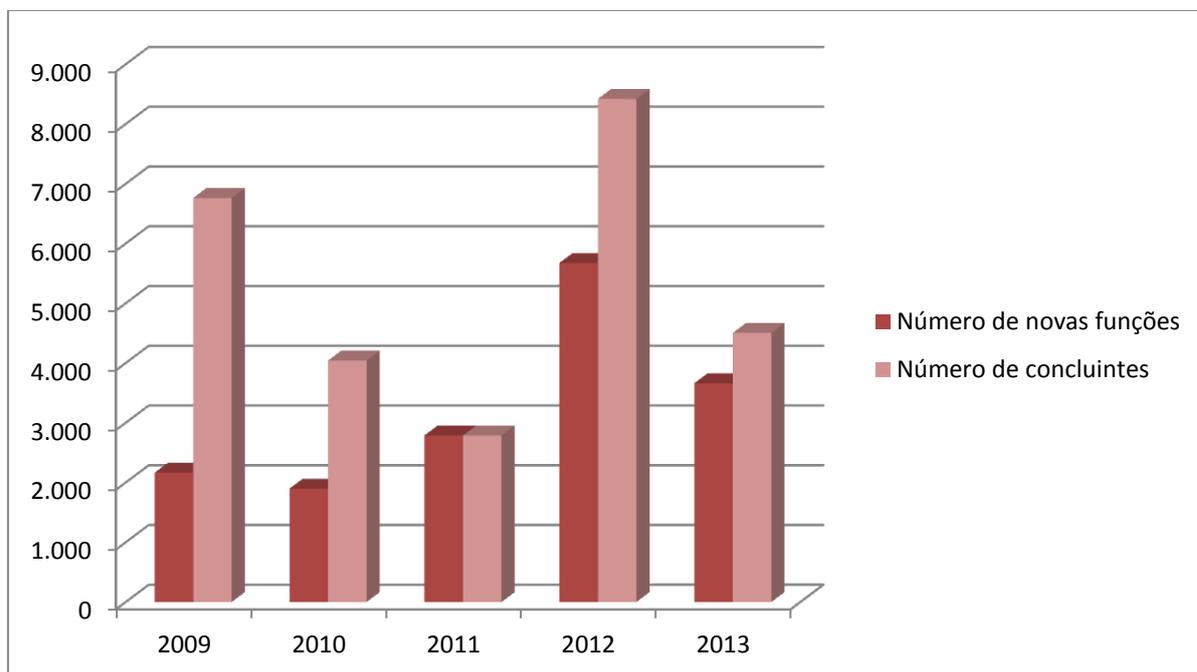
Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 A 2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

\* 2.165 é o crescimento de funções em relação ao ano de 2008. Sendo que em 2008, havia um total de 63.783 funções docentes (19.169 na Educação Infantil, 39.287 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5.327 pedagogos estaduais).

De acordo com os dados apresentados, podemos observar que o número de funções docentes no Paraná cresceu 16.187 entre os anos de 2009 a 2013, sendo que o seu maior crescimento foi em 2012. No mesmo período, houve a conclusão de, pelo menos, 26.518 pedagogos. Sendo assim, constatamos que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, levando-se em consideração o período observado, mesmo tendo uma amostra restrita do total de concluintes em Pedagogia.

No gráfico a seguir, ilustramos o comparativo entre o acréscimo de funções e o número de concluintes no estado:

GRÁFICO 2 – Ilustração comparativa entre o número de novas funções e o número de concluintes - Paraná (2009 a 2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013), site da SEED/PR e 37 IES que ofertam o curso no Paraná, elaborado pelas autoras.

Observa-se que, nos anos de 2009, 2010 e 2012, a desproporção entre a oferta de pedagogos e a demanda do mercado foi maior. No entanto, a relação entre a oferta e demanda deve ser analisada num conjunto de um longo período e não apenas anualmente. Na tabela a seguir, observamos as funções docentes no Paraná, de acordo com o nível de escolaridade.

TABELA 4 – Número de funções docentes na Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) e pedagogos estaduais, com formação em nível fundamental, médio e superior – Paraná (2009 a 2013)

Ano	TOTAL	Ensino Fundamental	Ensino Médio*	Ensino Superior**	% das funções docentes com nível médio do total de funções (nível médio e superior)
2009	65.948	337	15.628	49.983	23,69%
2010	67.846	292	11.440	56.114	16,86%
2011	70.634	244	9.922	60.468	14,04%
2012	76.309	205	14.857	61.247	19,46%
2013	79.970	190	14.469	65.311	18,09%

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 A 2013), site da SEED/PR e 37 IES que ofertam o curso no Paraná, elaborado pelas autoras.

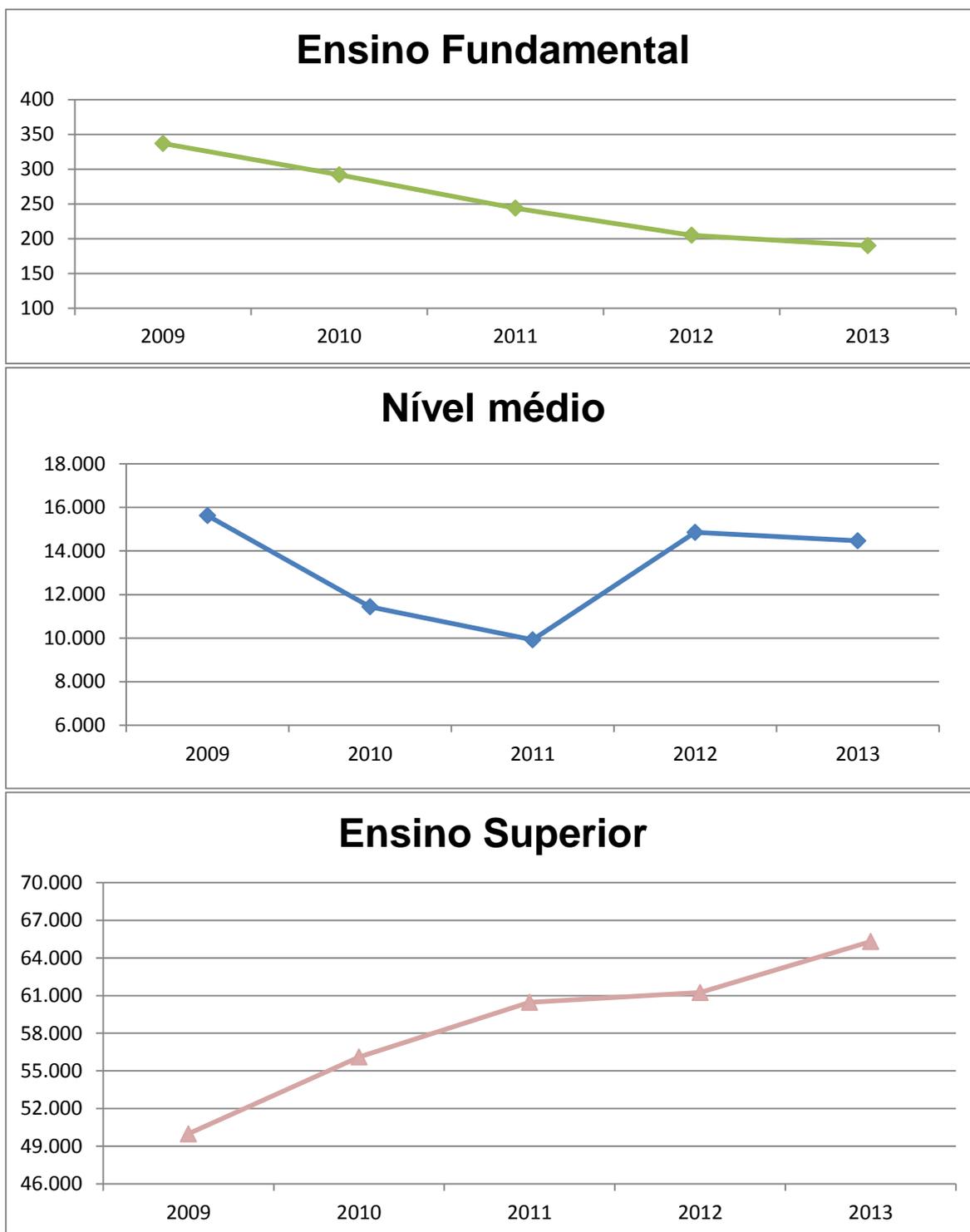
\*O nível de escolaridade de nível médio inclui magistério e ensino médio regular.

\*\* Incluímos o número de pedagogos estaduais, visto que a SEED/PR só contrata pedagogos com nível superior.

Observa-se que, no ano de 2010 e 2011, ocorreu uma diminuição da porcentagem de funções com nível médio, aumentando, assim, o número de funções com nível superior. Porém, em

2012 e 2013, o número de funções com nível médio volta a subir, demonstrando que municípios passaram a contratar, nos últimos anos, profissionais com esse nível de formação, mesmo havendo uma oferta suficiente de pedagogos com nível superior. Isso se dá, possivelmente, em razão da viabilidade de contratação de tais profissionais com formação em nível médio, atrelado aos interesses financeiros de cada município ou instituição de ensino privado, visto que os gastos com pagamentos dos profissionais com formação em nível médio é inferior aos gastos com pagamentos de profissionais com nível superior. No gráfico a seguir, ilustramos esse crescimento.

GRÁFICO 3 – Comparação entre as oscilações das funções, por nível de escolaridade – Paraná (2009 a 2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 a 2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

Em síntese, de 2009 a 2013, 1.159 professores/pedagogos que já ocupavam funções no mercado de trabalho se formaram em Pedagogia. Assim, dos 26.518 novos pedagogos, exceto os 1.159 que já ocupavam funções no estado, temos, tecnicamente, 25.359 novos pedagogos e um crescimento de 16.187 funções, demonstrando, desse modo, que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, no período analisado. Essa desproporção entre oferta e

demanda é ainda maior, levando-se em conta o considerável contingente de IES que não disponibilizaram o número de concluintes, sobretudo, as grandes redes de ensino a distância, que lideram a formação no país.

Como mencionado no início desse texto, a venda da força de trabalho em troca de salário converte o trabalho em mercadoria e, desse modo, assim como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho está submetida às leis do funcionamento da sociedade capitalista. Nesse sentido, questionamos se ao haver uma oferta de pedagogos maior que a demanda do mercado de trabalho, estaria acontecendo um processo de (des) valorização do professor e do pedagogo? De que forma isso acontece e por quê? Para responder a essas questões, nos remeteremos às contribuições de Marx.

## **O PROCESSO DE (DES) VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE A OFERTA E A DEMANDA E O PAPEL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

No livro *Trabalho Assalariado e Capital: salário preço e lucro*, Marx indica, de forma sucinta, como se dá a relação entre a oferta e a demanda de força de trabalho. Nas palavras do autor, “[...] as relações entre a oferta e a procura estão sujeitas a constantes mudanças e, com elas, os preços do mercado de trabalho.” (MARX, 1975, p.96). Para Marx, o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, não é determinado pela lei da oferta e da procura, já que essas relações “[...] não regulam mais do que temporárias flutuações de preço no mercado”. (MARX, 1975, p.96). A natureza do valor das mercadorias advém do tempo socialmente necessário para a sua produção. Contudo, quando a mercadoria chega ao mercado, o seu preço (expressão monetária do valor) pode sofrer alterações, a depender de diversos fatores, como a lei da oferta e da procura.

Ao se referir à mercadoria força de trabalho, Marx (1975, p.96) explica que, “se a procura excede a oferta, os salários sobem; se é a oferta que excede a procura, os salários descem”. Porém, Marx (1975, p.111) esclarece que essa relação não determina o seu valor:

Como o de qualquer outra mercadoria, o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. A força de trabalho de um homem só existe na sua individualidade viva. Para poder desenvolver-se e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de subsistência. (MARX, 1975).

Nesse sentido, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a reprodução do trabalhador. Daí deriva a função do salário mínimo, ou seja, receber o mínimo para a garantia da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e reprodução da força de trabalho. É válido destacar que a força de trabalho pode, ao mesmo tempo, receber uma alta do salário e ser desvalorizada, para isso é só olhar para o aumento do salário mínimo, concomitantemente, com a diminuição do poder real de compra do salário, decorrente da inflação.

Sabemos, com as contribuições de Marx (2013), que para o capitalista interessa a produção de mais-valor e essa produção se dá por meio da exploração da força de trabalho. Com o desenvolvimento da concorrência, o capitalista precisa produzir mais em menos tempo, para isso investe em *capital constante* (máquinas e tecnologias) e diminui o seu *capital variável* (força de trabalho), dependendo cada vez menos de trabalhadores. A redução da necessidade da produção de força de trabalho leva à formação de um “exército industrial de reserva”, esse

[...] é formado pela população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital com o progresso das forças produtivas (que se traduz em um montante crescente de meios de produção em relação à força de trabalho) e toda uma população que não está diretamente ligada ao [,] e empregada [,] pelo capital ou pelas instituições acessórias, mas que lhe está de alguma forma disponível. (NETO, 2013, p.11).

O conceito de exército industrial de reserva pode ser encontrado em Marx (2013), porém, quando o mesmo o formulou estava se referindo, basicamente, aos trabalhadores segregados diretamente da esfera da produção.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p.707).

Nesse sentido, quando o capital está em seu pleno desenvolvimento, pode recrutar novamente essa população excedente e, inversamente, quando o capital está enfrentando impasses no processo de acumulação (sobretudo em momentos de crise), é necessário abrir mão desse contingente de trabalhadores e convertê-los em um exército reserva, exercendo pressão na baixa de salários.

Nesse sentido, a produção de uma população excedente, ou seja, de uma oferta de força de trabalho maior em relação à demanda, é algo que advém do próprio funcionamento do capital. Para Marx (2013, p.705), a acumulação capitalista “produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”

Marx (2013) desenvolve esse pensamento no intuito de justificar a sua objeção aos economistas clássicos, como Malthus, que naturalizava a questão do desemprego, relacionando-o com o aumento da população. Para Harvey (2013, p.263), Marx faz a crítica à “[...] tese de que a pobreza é produzida por uma classe trabalhadora que reproduz a si mesma em número demasiado grande” (Tese que culpa a vítima). Dessa forma, Marx comprova que a produção da pobreza e do desemprego é algo inerente à organização capitalista. De acordo com Harvey (2013, p.263),

O capitalismo produz pobreza criando um excedente relativo de trabalhadores por meio do uso de tecnologias que eliminam postos de trabalho. Uma massa permanente de trabalhadores desempregados é socialmente necessária para que a acumulação continue se expandir. (HARVEY, 2013, p. 263).

Nesse sentido, a oferta desproporcional de trabalhadores assalariados em relação à demanda faz parte da lógica de acumulação de capital, sendo que “[...] o exército industrial de reserva é colocado na produção e, em seguida, retirado em movimentos alternados, criando um movimento cíclico no mercado de trabalho.” (HARVEY, 2013, p. 264).

Dessa forma, criando um excedente de população, não só os trabalhadores desempregados se submetem a qualquer tipo de trabalho, salário, contratos, como os trabalhadores empregados serão pressionados, podendo ser ameaçados de demissão e, dessa forma, submetem-se às condições precárias e intensivas de trabalho. Milani e Fiod (2008, p. 93) analisam as condições de trabalho dos professores contratados no Paraná e destacam:

Situando-se o professor temporário no contexto histórico-educacional, pode-se observar que as formas de contratação utilizadas pelo Estado do Paraná, são reflexos das mudanças ocorridas no interior do mundo do trabalho. No que diz respeito à eliminação da força humana, o trabalho tem como consequência o aumento do número de desempregados ou desocupados em todo mundo. Esse contingente de excluídos se submetem a quaisquer condições de trabalho.

Ao analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos no Brasil e no Paraná, podemos evidenciar o porquê, atualmente, os professores se submeterem a trabalhar,

continuamente, sobre regime de contratos temporários, com planos de carreira pouco atrativos e salários inferiores, se comparados a outras profissões.

O investimento em EAD no ensino superior, na esfera privada, pode ser compreendido como um investimento em capital constante, uma vez que a tecnologia permite que as aulas sejam gravadas e transmitidas inúmeras vezes, diminuindo, assim, o número de professores na instituição (capital variável).

Do ponto de vista da formação de uma população excedente, a modalidade de EAD, no ensino superior, contribui com a formação em massa de professores, visto que, nos últimos anos, ocorreu um crescimento significativo de oferta de cursos de licenciaturas, especialmente de Pedagogia em EAD. Contudo, não podemos interpretar as políticas de EAD como estratégias que estão, diretamente, ligadas aos interesses do capital, ou que elas são reflexo direto da formação do exército industrial de reserva. Todavia, se levarmos em consideração o atual contexto, podemos atribuir à EAD a função de formar uma população excedente de professores.

É preciso levar em consideração que o capital é uma relação social, portanto, faz parte do complexo social. Sua lógica ultrapassa os limites de sua produção e interfere nos diversos setores da economia e da sociedade, sejam eles, produtivos ou improdutivos. A criação de um excedente de profissionais de determinada categoria é usada como um mecanismo de pressão sobre as lutas dessa. A oferta de pedagogos maior que a demanda contribui para a desvalorização dessa categoria profissional, uma vez que os leva a temerem por reivindicações salariais e laborais.

Freando ou negligenciando as reivindicações trabalhistas e fazendo com que os trabalhadores se submetam a baixos salários e condições precárias de trabalho, o capitalista consegue aumentar a extração de mais-valor. No caso do Estado que emprega professores, esse consegue reduzir os seus gastos com pagamentos de salários e contratação de professores pelo preço do mercado.

Os planos de carreira para professores, ao possibilitar o ingresso de profissionais formados em nível médio em concursos públicos, sob condições similares aos profissionais com nível superior em Pedagogia, contribuem para a formação de uma população excedente ainda maior.

Contudo, não podemos compreender o papel do Estado e das políticas educacionais como uma relação mecânica e sim como uma relação dialética, situada no bojo das contradições da sociedade capitalista. Desse modo, a contradição consiste no fato de que a classe trabalhadora e, sobretudo, os filhos da classe trabalhadora, reivindicam cada vez mais o

direito ao acesso ao ensino superior, porém, contraditoriamente, a universalização da educação e a massificação do ensino superior não levam à conquista da ascensão social por parte da maioria da população, visto que o sistema produtivo se organiza a partir da exclusão de boa parte dos trabalhadores.

Nesse sentido, as políticas educacionais podem exercer mediações importantes a favor da classe trabalhadora, invocando o direito pela qualidade e democratização da educação em todos os seus níveis, contudo, ela precisa, fundamentalmente, estar acompanhada da luta pela superação da organização capitalista e da exploração do trabalho humano.

A oferta maior que a demanda gera, como vimos, uma população excedente de professores, a qual contribui para a desvalorização do pedagogo no estado do Paraná. Essa tendência é uma manifestação oriunda da própria lógica do capital e da organização social burguesa, a qual resulta na precarização e desvalorização do trabalho. Nesse sentido, a superação completa da desvalorização e mercantilização da força de trabalho humana só será viável com a superação da sociedade capitalista, assim como, a defesa da universalização da formação profissional em nível superior só será possível ao lado da luta do trabalhador, não só pela luta de direitos e valorização trabalhista, mas a luta pela superação do trabalho assalariado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de analisarmos a oferta e a demanda a partir de uma amostra limitada de dados, constatamos que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos, tanto no Brasil como no Paraná. Observamos, no período analisado, o aumento de 16.187 novas funções de atuação do pedagogo no Paraná, caracterizando a demanda, enquanto 26.418 pessoas concluíram o curso de Pedagogia em 37 IES do estado, caracterizando a oferta. Essa oferta maior que a demanda contribui para a formação de uma população excedente de profissionais da área.

Apesar de representar apenas uma amostra, os dados evidenciaram uma significativa desproporção entre a oferta e a demanda no Paraná. Em nível nacional, tal excedente de profissionais também foi observado, contudo, dado as diferenças regionais e de contratação de profissionais entre estados e municípios, a análise da oferta e demanda passa a ser mais complexa.

É válido ressaltar que, apesar de as funções docentes serem destinadas aos profissionais formados em Pedagogia, elas também compreendem os profissionais formados em nível médio, bem como, muitas dessas funções são ocupadas por licenciados em áreas

correlatas a educação. Esses fatores contribuem para que a oferta de professores seja ainda maior perante a demanda do mercado.

Alertamos para o fato de que diversas variáveis podem intervir na modificação da realidade quantitativa, contudo, elas não interferem na confiabilidade da explicação teórica a qual nos amparamos para argumentar o processo de desvalorização por meio da lei da oferta e da demanda.

Evidenciamos, com a pesquisa, que o capital age, por meio do Estado e das políticas educacionais, de acordo com seus interesses. Sendo assim, o Estado neoliberal elabora políticas que contribuem para a formação de uma população excedente de trabalhadores. Nesse contexto, as políticas de formação de professores têm favorecido no aumento de excedente de concluintes em Pedagogia, se comparadas com a demanda do mercado de trabalho.

Cabe destacar que a pesquisa analisou apenas um aspecto da (des) valorização profissional, ou seja, a relação entre oferta e demanda, sendo que a valorização depende de outros elementos como planos de carreira, remuneração, condições de trabalho e formação continuada. Os dados da pesquisa revelaram que há uma oferta “excessiva” de professores/pedagogos, se considerarmos a oferta e a demanda atual do mercado de trabalho para esses profissionais no Paraná. Todavia, tal oferta poderia não ser excessiva, caso as políticas educacionais de fato garantissem escola para todas as crianças, desde os primeiros anos de vida, assim como, diminuição do número de alunos por turma e o aumento de profissionais atuando na gestão pedagógica.

Apesar da singularidade paranaense, foco da pesquisa realizada, compreendemos que a tendência, da oferta maior que a demanda de trabalhadores assalariados, é uma realidade presente na particularidade histórica do Brasil, a qual sofre influências da universalidade do capital, abrangendo diversos setores e categorias de trabalhadores em diferentes países.

Do ponto de vista da relação entre trabalho e formação, concluímos que a formação humana está condicionada as relações sociais de produção. Sendo assim, atualmente, o desenvolvimento da formação humana depende, fundamentalmente, da superação da sociedade capitalista e do trabalho assalariado. Por sua vez, a formação profissional, cumpre o papel de favorecer a relação entre trabalho assalariado e capital.

Concluímos, com esse estudo, que a oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, resulta na desvalorização profissional de tal categoria, uma vez que pressiona os professores a trabalharem com carga horária de trabalho extensiva e contratos de trabalhos flexíveis e instáveis. Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho no capitalismo se

torna vulnerável às leis do mercado, dentre elas, a Lei da oferta e demanda reduz a valorização das mercadorias (força de trabalho de determinada categoria) que estão em quantidade maior que a demanda do mercado. É importante ressaltar que esse fator de desvalorização não é eliminável do modo de produção capitalista, pelo contrário, é fundamental para a reprodução continuada dessa forma de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da formação de professores: princípios, estratégia e programas** (texto para discussão). 2014.

HARVEY, D. **Para entender O Capital**. Livro I São Paulo: Boitempo, 2013.

INEP. **Censo da Educação Básica (2008 a 2013)**. Brasília, Ministério da Educação.

INEP. **Sinopses estatísticas do Ensino Superior (2004 a 2013)**. Brasília, Ministério da Educação.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Assalariado e Capital: Salário, preço e lucro**. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANI, N. Z.; FIOD, E. G. M. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 33, p.77-100, 2008.

NETO, N. N. G. **Exército Industrial Reserva: conceito e mensuração**. 126 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

TONET, I. **Método Dialético: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 159-180, 2008.